

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO CONTEÚDO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CARIOCA:

Superando a visão dualista cidade-favela

Alan Silveiraⁱ

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Professor de Geografia da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Resumo

Neste artigo partimos do princípio de que a segregação é fundamento e condição da violenta urbanização capitalista. A associação da favela com as imagens de “perigo”, de “crime” e de “descontrole”, se perpetua até os dias atuais, criando estereótipos que no caso da capital fluminense comporta aproximadamente um quarto da população.

Palavras chave: Segregação socioespacial; violenta urbanização capitalista; favelas.

SOCIO-SPATIAL SEGREGATION AS THE CONTENT OF THE PRODUCTION OF THE URBAN SPACE IN RIO DE JANEIRO – OVERCOMING THE CITY-FAVELA DUALIST VIEW

Abstract

In this article we assume that segregation is the foundation and condition of violent capitalist urbanization. The favela association with images of "danger", "crime" and "uncontrolled", perpetuates to the present day, creating stereotypes that in the case of the capital city of Rio de Janeiro comprises approximately a quarter of the population.

Keywords: Socio-spatial segregation; violent capitalist urbanization; favelas.

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

alan.geografia89@gmail.com

Introdução

Durante o período de realização do mestrado em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), entre os de 2016 e 2018, construímos a dissertação intitulada A violenta produção do espaço urbano carioca –

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

as favelas como manifestação do processo de segregação socioespacial e os desafios de uma educação para além do Capital. O presente artigo traz o objeto da pesquisa desenvolvido na dissertação do mestrado, o processo de segregação socioespacial, e aborda alguns conceitos nela desenvolvidos.

No decorrer da nossa pesquisa do mestrado, fomos percebendo como a violência ganhava cada vez mais centralidade em nossa discussão sobre o processo de produção do espaço urbano carioca. Nesse sentido tivemos uma demanda em conceituar o que nós entendíamos por violência e de que tipo de violência estávamos nos referindo. Para tal empreitada utilizamos o conceito de violência desenvolvido por Žižek (2016), pois entendemos que esse interlocutor contribuiria para avançarmos na construção das bases teóricas da nossa pesquisa. Žižek (2016) divide a violência em três tipos: violência subjetiva, violência objetiva (ou sistêmica) e violência simbólica. Cada tipo de violência, que nós aqui poderíamos chamar de dimensões, não deve ser entendido de forma isolada, e o autor define essa divisão como o SOS da violência. O que o autor denomina violência subjetiva é aquela que nos é apresentada de forma imediata, a qual percebemos e identificamos o autor e a vítima da violência. Por violência objetiva (ou sistêmica), Žižek define como aquela violência não questionada, ou como o próprio autor chama de grau zero da violência, funcionando como se fosse um pano de fundo. Entendemos neste trabalho que o processo de segregação socioespacial é essa violência sistêmica, resultado de uma urbanização capitalista que já é em si violenta com seu processo de exclusão. Por violência simbólica o autor define que é aquela inscrita no campo da linguagem. Nesse sentido a estigmatização do espaço é a reprodução dessa violência simbólica.

Quando nos referimos as favelas geralmente nos deparamos com alguns estigmas e representações que permeiam esses espaços. Abreu (2014) destacou que a imprensa carioca nas primeiras décadas do século XX contribuiu para a associação das favelas com as imagens do perigo, crime e descontrole, processo histórico que os grupos dominantes produziram e Campos (2010, p.65) conceituou como “estigmatização do espaço apropriado pelas classes trabalhadoras”. O autor afirma que:

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

(...) o controle exercido pelos grupos dominantes se reflete, de forma incontestável, no cotidiano daqueles que são considerados subalternos na sociedade. O sistema escolar, a cultura, a ideologia e outros elementos são os meios que a literatura registra para se efetuar o domínio (CAMPOS, 2010, p.64).

Nos próximos parágrafos vamos analisar o processo de segregação socioespacial como condição e fundamento da urbanização capitalista, ou seja, como um conteúdo próprio do processo de produção do espaço urbano. Abordaremos também, de maneira breve, a partir das contribuições de Abreu (2013) e da análise de alguns dados quantitativos elaborados pelo Instituto Pereira Passos, o processo de crescimento urbano da Cidade do Rio de Janeiro, com o objeto de desconstruir a visão dualista cidade-favela.

A segregação socioespacial como condição e fundamento da urbanização capitalista

É de grande importância ressaltar que a segregação socioespacial não é um problema urbano, mas sim condição e fundamento da violenta urbanização capitalista, por essa razão:

(...) exclui-se a possibilidade de pensar na segregação socioespacial como consequência de erros operacionais e contingenciais do processo de urbanização ou como resultado de escolhas subjetivas dos indivíduos na sua relação com a metrópole, fazendo esboroar, por exemplo, a interpretação de que a segregação é um fenômeno resultante de escolhas individuais induzidas ou legitimadas pelo medo da criminalidade. A segregação socioespacial aparece a nós, portanto, na sua dimensão radical: como condição e fundamento da realização da propriedade privada da terra e da urbanização capitalista; como manifestação e resultado da violência que é própria ao processo de urbanização capitalista, que, ao não abdicar da lógica da propriedade privada, capitalista como seu fundamento, repõe a expropriação e a separação como seus resultados dramáticos (SAMPAIO, 2015, p.59).

Podemos identificar que a segregação socioespacial está diretamente associada com a realização da propriedade privada, nesse sentido é uma forma de violência

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

objetiva/sistêmica que para ser desvelada em nosso cotidiano é preciso ir além das suas manifestações fenomênicas mais imediatas. Como já observado, tanto a propriedade privada, quanto a ação do Estado são formas de violência sistêmica, e que mantêm uma relação de tensão, e a segregação socioespacial como condição da urbanização capitalista, a partir da realização da propriedade privada. Enfatizar essas questões é de fundamental importância para discutirmos a dupla determinação política do Estado capitalista apontada por Sampaio (2015), que estão relacionadas segundo a sua forma institucional e segundo o seu conteúdo. Nesse sentido, a autora afirma que o Estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação do poder político:

(...) segundo sua forma institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático representativo; segundo o seu conteúdo, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação (SAMPAIO, 2015, p.65).

Por essa determinação política do Estado capitalista, em relação ao seu conteúdo, com o processo de acumulação, podemos perceber o quanto o aparato estatal, ao garantir a normatização da propriedade privada, e os seus meios legais, tem no seu cerne o compromisso em garantir a reprodução do capital. Em virtude desse seu comprometimento com o capital, o Estado capitalista vai ser coercitivo e violento na sua própria constituição.

Assim como Sampaio (2015) enfatiza a segregação socioespacial como condição e fundamento da urbanização capitalista, Alvarez (2016, p.113) ressalta a segregação urbana como conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano capitalista, o qual, como afirma a autora, “está fundamentado na propriedade privada da terra e na valorização do capital como sentido último da reprodução social”. De acordo com essa autora, a paisagem urbana evidencia esse processo, pois:

(...) revela desigualdades que são socioespaciais, porque fundamentadas num processo contraditório de produção social do espaço, no qual a valorização/circulação de capitais de diferentes níveis (locais, regionais e globais) pressupõe a produção da cidade (da metrópole, do urbano) como condição e meio de sua própria realização, o que implica a adoção de estratégias e alianças (no plano

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

econômico e no econômico e político) que buscam viabilizar seus objetivos, qual seja, a reprodução ampliada. De forma inerente, é preciso considerar a realização da vida neste processo e as limitações impostas à sua efetivação, na medida em que, ao mesmo tempo que o espaço é produzido socialmente, sua apropriação é privada, o uso se subordina a troca, já que a apropriação é mediada pela propriedade privada, e para ter acesso a um “pedaço” da cidade é preciso pagar por ele (ALVAREZ, 2016, p.113).

Quando analisamos a paisagem do espaço urbano carioca a segregação socioespacial fica evidenciada pela sua maior representação, as favelas. De acordo com a autora, o uso do espaço se subordina a troca, em virtude do espaço ser produzido socialmente porém apropriado de forma privada, o que nos leva a uma grande parcela da população que não pode pagar por um pedaço da cidade. É importante destacar que no presente artigo, vamos discutir a produção do espaço urbano em uma perspectiva antagônica a uma visão dualista cidade-favela, posto que estamos embasados em Sampaio (2015) e Alvarez (2016), e que mesmo as favelas não são um conjunto de espaços homogêneos.

Nesse sentido podemos perceber que o urbanismo se torna uma estratégia para transformar o espaço e garantir a reprodução do capital, e a partir do Estado possibilita uma integração cada vez mais acentuada entre o capital financeiro e o capital imobiliário. Ainda de acordo com Alvarez (2016), o urbanismo é um dos fundamentos da segregação, pois passa da “expropriação à revalorização imobiliária”, a autora destaca que:

O urbanismo, que se toma como ciência e técnica do espaço, constitui a mediação necessária para transformar o já produzido em novo momento de reprodução do capital, uma vez que ele comporta um discurso e uma política sobre o espaço, a partir do Estado, abrindo a possibilidade de maior integração entre o capital financeiro e o imobiliário e a produção de “uma nova cidade”, e/ou “um novo centro” ou de uma cidade de eventos”. O urbanismo se converte, assim, em estratégia para garantir o processo de reprodução, num movimento que vai da expropriação à revalorização imobiliária, sendo portanto, um dos fundamentos da segregação (ALVAREZ, 2016, p.115).

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

A violência sistêmica desse urbanismo torna-se visível a partir das políticas de remoção dos pobres dos espaços que vão tornando-se valorizados na cidade, como no caso da remoção de favelas no Rio de Janeiro. É válido ressaltar que novos usos a partir da transformação de determinados espaços da cidade podem garantir e potencializar a reprodução do capital, o que implica no aprofundamento do processo de segregação, tal como enfatiza Alvarez (2016, p.124), pois de acordo com a autora:

(...) o que está posto é que o uso primeiro pelo qual qualquer pessoa pode viver a cidade, que é a moradia, apresenta-se muitas vezes como barreira à circulação do capital e valorização do espaço, por meio da produção de novos produtos imobiliários. Neste sentido, os planos urbanísticos, na qualidade de política de Estado, colocam-se como mediação para superação desta barreira, viabilizando mudanças de uso, transferência de posse da terra urbana e remoção daqueles que não podem pagar o preço da valorização para ficar na cidade, aprofundando a segregação. Os lugares nos quais se empreende as transformações são aqueles através dos quais novos usos podem garantir a realização da cidade como valor de troca, potencializando o processo de valorização. Desta maneira, o valor de troca, potencializando o processo de valorização. Desta maneira, o valor de troca da mercadoria cidade pode, enfim, se reproduzir (ALVAREZ, 2016, p.124).

Superando a visão dualista favela-cidade

Na presente pesquisa temos como um dos objetivos superar a lógica dualista favela-cidade, na qual os discursos dominantes reproduzem representações das favelas como uma anomalia do processo de urbanização, ou seja, enquanto espaços da informalidade e ilegalidade. Porém, como observa Barbosa (2012, p.97):

As favelas são, sem nenhuma dúvida, expressões culturais do processo discricionário que caracteriza a urbanização do território brasileiro. É importante sublinhar que não se limitam a um fenômeno que se faz presente nas metrópoles. As cidades médias brasileiras são, na atualidade, representativas da multiplicação urbana de favelas e, inclusive, abrigam um crescimento mais expressivo do que o observado em capitais, em especial as da Região Sudeste do país.

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

É importante destacar um dado trazido pelo autor, pois as favelas vêm apresentando um crescimento numérico nos espaços urbanos, não somente nas grandes metrópoles do Sudeste e demais capitais do país, mas principalmente nas cidades médias, o que de fato reforça que as favelas fazem parte do processo de urbanização do território brasileiro. O autor ainda enfatiza que as favelas por não terem se constituído a partir do controle governamental, representam estereótipos criados pela ordem dominante, pois:

Todos os esforços conjugados de construir abrigos para si e suas famílias realizados pelos trabalhadores subalternizados da cidade nunca foram devidamente reconhecidos pela sociedade em geral e pelo próprio Estado. Suas obras territorializadas sempre foram interpretadas e tratadas como ilegais, irregulares, informais, subnormais, precárias e clandestinas, por não obedecerem aos padrões racionais de edificação, por terem se constituído sem o crivo do controle governamental e por não possuírem documentação escriturada de propriedade (BARBOSA, 2012, p.98).

É válido ressaltar que essa interpretação dualista favela-cidade, ou tradicionalmente morro-asfalto, tem no elemento paisagístico a sua variável determinante, sendo a favela considerada a contraposição do ideal urbano. Nessa direção, ao abordar essa leitura dual, Souza e Silva (2011) destaca que:

Nas definições propostas, o elemento paisagístico é uma variável determinante para explicar a favela. Ela é contraposta a um determinante ideal urbano, vivenciado por uma pequena parcela dos habitantes da cidade. Não é casual, então, que os espaços favelados sejam vistos como um espaço externo a pólis, ao território reconhecido como o lugar, por excelência, de exercício da cidadania (SOUZA e SILVA, 2011, p.216).

Podemos afirmar que as favelas, com todos os estereótipos e preconceitos a ela imputados, assim como políticas de remoção, graças à especulação imobiliária, resistem com o passar do tempo, e são parte do processo de desenvolvimentos geográficos desiguais. Essa resistência é produto dos sujeitos que afirmam a partir das favelas a sua presença na cidade, sendo ela um símbolo de luta pela sobrevivência:

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

Mesmo nas mais precárias de suas configurações de habitação e serviços básicos, as favelas são territórios onde os pobres afirmaram sua presença no espaço urbano. Podemos garantir, então, que a favela é uma das mais contundentes expressões do estar sendo das desigualdades que marcam a vida em sociedade em nosso país, em especial nas grandes e médias cidades brasileiras. É nesse plano que as favelas devem ser tratadas, pois são territórios que colocam em questão o sentido da sociedade e da espacialidade urbana em que vivemos (BARBOSA, 2012, p.99).

Como podemos observar os espaços das classes populares, dentre eles as favelas, foram estigmatizados pelos grupos dominantes, por essa razão destacamos aqui o papel das representações espaciais, principalmente daquelas representações que matam. Nesse sentido, procuramos chamar a atenção para a importância de ressignificar espaços, pois de acordo com Souza (2016, p.160):

As representações são um campo de disputa simbólica, e as “significações imaginárias sociais” que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também as “armas” simbólico-discursivas dessas contendidas. Resignificar espaços é ressignificar relações sociais e grupos sociais, e vice-versa. O que está em jogo é, no caso de conflitos sociais, aquilo que é legítimo q aquilo que não é, aquilo que é justo e aquilo que não é, tendo, no limite, implicações quanto ao que passará ou não a ser (ou deixará de ser) legal, ou aquilo que deverá ser eliminado ou perseguido ou, pelo contrário, tolerado e até, quem sabe, saudado.

Para melhor compreender essa questão da estigmatização dos espaços das classes populares, como é o caso das favelas, é de suma importância recorrer aos processos de transformação e evolução urbana do Rio de Janeiro, e para tanto, vamos aqui utilizar como embasamento teórico a clássica obra de Mauricio de Almeida Abreu *Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*. De acordo com Abreu (2013, p. 35), “Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais”, pois até então essas classes sociais se amontoavam no antigo espaço colonial. É a partir de 1870 que são lançadas as bases para a separação de usos e classes no espaço carioca, com a expansão física da cidade,

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

em virtude da introdução do bonde de burro e do trem a vapor, provocando mudanças tanto na sua forma-aparência, quanto na sua forma-conteúdo.

Segundo Abreu (2013), o período de expansão física da cidade, de 1870-1902, é marcado e definido pela necessidade de reprodução de unidades do capital, tanto nacional, quanto estrangeiro, possuindo eixos de expansão diferentes, sendo o trem, sinônimo do subúrbio e população de baixa renda, e o bonde relacionado à zona sul e um estilo de vida moderno. O autor ainda destaca que a primeira década do século XX foi de grandes transformações, que tinham como finalidade “adequar a forma urbana as necessidades reais de criação, concentração e acumulação de capital” (p.69), porém um aspecto importante dessas transformações a ser destacado é que conforme o governo tentou resolver as contradições do espaço, novas foram sendo criadas, o que fica evidente com a Reforma Passos. Essa reforma urbana representa a primeira intervenção estatal maciça sobre o urbano, sendo ele reorganizado sob novas bases econômicas e ideológicas, que não condiziam com os pobres na área mais valorizada da cidade (ABREU, 2013, p.72). Em contrapartida, como já foi destacado anteriormente, na tentativa de expulsar os pobres da área mais valorizada da cidade, ocorre a expansão das favelas, e de maneira mais específica, do morro da Favela (atual Providência).

Em sua obra *Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*, Abreu (2013) destaca os processos de transformação do espaço urbano carioca dividindo o século XX em dois períodos distintos, um de 1906 a 1930 e outro de 1930 a 1964. No primeiro período destacado o autor ressalta que os governos da União e do Distrito Federal passaram a atuar preferencialmente na esfera do consumo, incentivando a continuidade do processo de renovação urbana da área central e embelezamento da zona sul e as cirurgias urbanas continuamente foram afetando os bairros pobres da cidade. Nesse período as indústrias se multiplicaram na cidade e começaram a se expandir em direção aos subúrbios atraindo mão de obra para essas partes da cidade, e nesse mesmo processo de expansão da cidade houve o surgimento de novas favelas, situadas próximas as áreas industriais.

É importante destacar que nesse período de 1906 a 1930 tanto os bancos nacionais quanto os bancos estrangeiros aumentaram a sua influência em amplas

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

áreas da economia, beneficiando-se das ações nos setores público e privado. Nesse sentido Abreu (2013), destaca a necessidade de acumulação de capital no desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro, destacando que:

Centro e zona sul, de um lado, e subúrbios, de outro, passam então a se desenvolver impulsionados por forças divergentes, embora emanadas da mesma necessidade de acumulação de capital (imobiliário, financeiro, comercial e industrial) (ABREU, 2013, p.72 e 73).

Em virtude do crescimento das contradições, que gradativamente se acentuam até o final desse período, ocorre de maneira mais incisiva a intervenção do poder político sobre o processo de crescimento da cidade como um todo, criando-se uma demanda por um plano urbanístico para a cidade. Essa intervenção direta do Estado sobre o urbano, a qual destaca Abreu (2013), provocou uma transformação acelerada na Cidade do Rio de Janeiro, tanto em relação a morfologia urbana (aparência), quanto em relação ao seu conteúdo, com a separação de usos e de classes sociais no espaço.

Podemos ressaltar que essa intervenção direta do Estado sobre o urbano veio acelerar o processo de estratificação espacial, algo que já era característico da cidade desde o século XIX, como já foi destacado em parágrafos anteriores. É válido chamar a atenção para o interesse cada vez maior do capital financeiro em comandar o processo de evolução urbana da forma urbana carioca. Abreu (2013, p.80) destaca um fato importante sobre as transformações ocorridas no espaço urbano nesse período, que foi a “existência de terrenos mais baratos nas áreas servidas pela ferrovia” o que “levou muitas fábricas a optar pela localização suburbana”. A ocupação desses terrenos, pelo motivo já explicitado, teve como principal consequência a extensão efetiva do tecido urbano para além das fronteiras do até então Distrito Federal. E nesse período, que teve como característica a expansão das favelas junto a instalação das novas fábricas, o Plano Agache, que via as favelas como um problema social e estético, apresentava uma única solução para as favelas, a sua erradicação.

O segundo período do século XX que Abreu (2013) trabalha as transformações no espaço urbano carioca, de 1930 a 1964, não pode ser entendido de maneira

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

homogênea, mas sim a partir de alguns acontecimentos que serão decisivos na produção da cidade. Um primeiro acontecimento marcante, de acordo com o autor, foi o período que compreende a Segunda Guerra Mundial, no qual a burguesia industrial chega a um lugar de destaque no cenário nacional. Já o período que vai de 1945 a 1964, vai ocorrer a consolidação dessa posição de destaque da burguesia industrial, cada vez mais associada com a burguesia financeira. A partir de 1964 tem início um “período em que a burguesia financeira deixa o seu papel de mero colaborador da burguesia industrial, para assumir um lugar dominante na economia” (ABREU, 2013, p.94). Esse autor ainda destaca uma outra questão fundamental sobre a proliferação das favelas, pois de acordo com ele:

É importante notar que as favelas proliferaram numa época em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se acentuaram, sendo entretanto pouco afetadas por eles (ABREU, 2013, p.95).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma febre viária na Cidade do Rio de Janeiro, o que não mudou apenas a forma aparência, mas passou também a exigir mudanças no seu conteúdo. Nessa direção foi desenvolvido o Plano Doxiadis, que tinha como objetivo remodelar a cidade a partir de uma série de obras que afetariam principalmente as populações mais pobres (ABREU, 2013, p.95). É de grande relevância destacar que o crescimento populacional do Rio de Janeiro nesse período estava diretamente associado ao crescimento industrial da cidade. Podemos perceber o efeito multiplicador do crescimento industrial a partir dos seus reflexos, tais como: a geração de empregos no setor terciário; as pressões exercidas sob o poder público para a dotação de infraestrutura básica; as melhorias dos transportes intra e inter-urbanos; e aquilo que nos chama a atenção na produção da presente pesquisa que foi a proliferação das favelas.

Um fato marcante desse momento de febre viária na cidade do Rio de Janeiro foi a construção da Avenida Brasil, um novo eixo rodoviário que objetivava não somente deslocar a parte inicial das antigas rodovias Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo para áreas menos congestionadas, ao diminuir a circulação, mas pretendia também incorporar novos terrenos ao tecido urbano, visando a ocupação industrial (ABREU,

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

2013, p.103). Porém, outro tipo de ocupação veio a se implantar na região, concorrendo com os espaços destinados a indústrias: as favelas.

Um dado importante apontado na obra de Abreu (2013) é a respeito do crescimento das favelas no período entre 1950 e 1960, que foi de 98%. Além do número expressivo o autor ainda destaca que esse crescimento da população das favelas se efetuou de maneira diferenciada, o que pode ser percebido a partir dos números que se referem a esse crescimento nas zonas suburbanas, onde ocorreu com maior intensidade: 150% na zona da Leopoldina e 200% na zona de Madureira. É interessante destacar que a grande maioria das favelas surgidas no Rio no período de 1948-1960 se localizava nas proximidades da Avenida Brasil (Distrito da Penha), ocupação que já foi discutida em parágrafo anterior, e “em 1960, estavam ali 33% das favelas e 52% dos favelados” (ABREU, 2013, p.126).

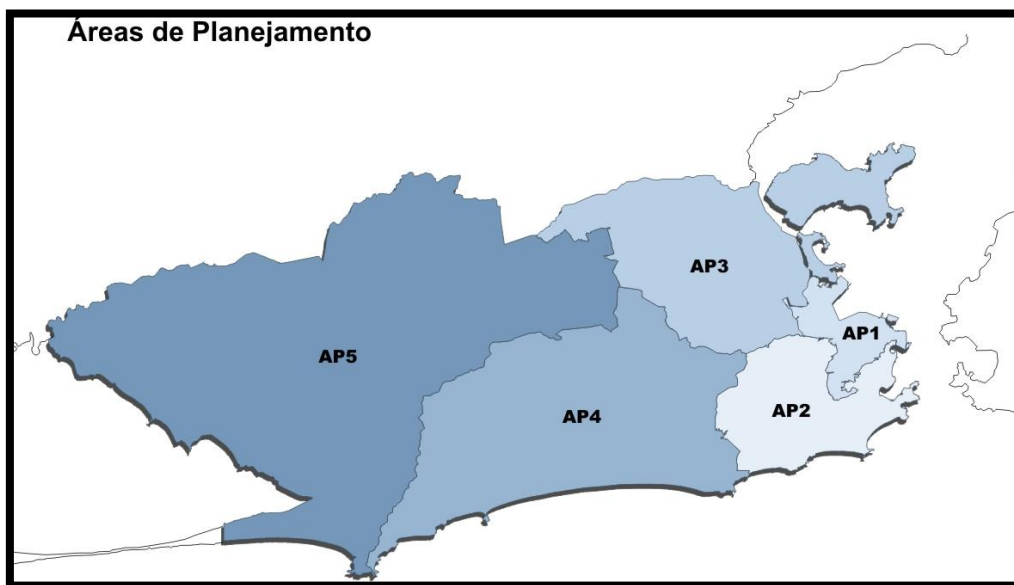
No final de sua análise sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro, no que tange ao século XX, Abreu (2013) faz uma importante observação a respeito dos efeitos significativos sobre a forma urbana carioca pós-1964, em virtude da intensificação do processo de concentração de renda viabilizada pela política econômica da época. Um dos efeitos foi a remoção das favelas dos locais mais valorizados da zona sul da cidade, e o outro foi a expansão da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca (especulação imobiliária). Podemos destacar aqui que ambos os efeitos ressaltados pelo autor a décadas atrás, são processos que tiveram desdobramentos até os dias atuais, acrescentando que junto ao processo de especulação imobiliária e deslocamento de capitais em direção à Barra da Tijuca e Jacarepaguá houve também uma expansão das favelas para essa região, acompanhando o movimento.

Tendo em vista ilustrar a expressividade das favelas na cidade do Rio de Janeiro, vamos lançar mão de alguns dados importantes levantados no último censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010, os quais foram utilizados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) na publicação Favelas na Cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010, do ano de 2012. A Tabela 1, desenvolvida pelo IPP, mostra a porcentagem de moradores de favela por área de planejamento, que no caso da Cidade do Rio de Janeiro são cinco (Mapa 1), conforme podemos observar na tabela abaixo.

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

Mapa 1 - Áreas de planejamento da Cidade do Rio de Janeiro



Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?id=2879552> (acesso em 28/05/2020).

Tabela 1 - População de favelas por Áreas de Planejamento - Município do Rio de Janeiro -2010

Área de planejamento	Cidade (A)	Favela (B)	(B) / (A)
Total	6.320.446	1.443.773	23%
AP1 – Central	297.976	103.296	35%
AP2 – Zona Sul	1.009.170	174.149	17%
AP3 – Zona Norte	2.399.159	654.755	27%
AP4 – Barra/Jacarepaguá	909.368	236.834	26%
AP5 – Zona Oeste	1.704.773	274.739	16%

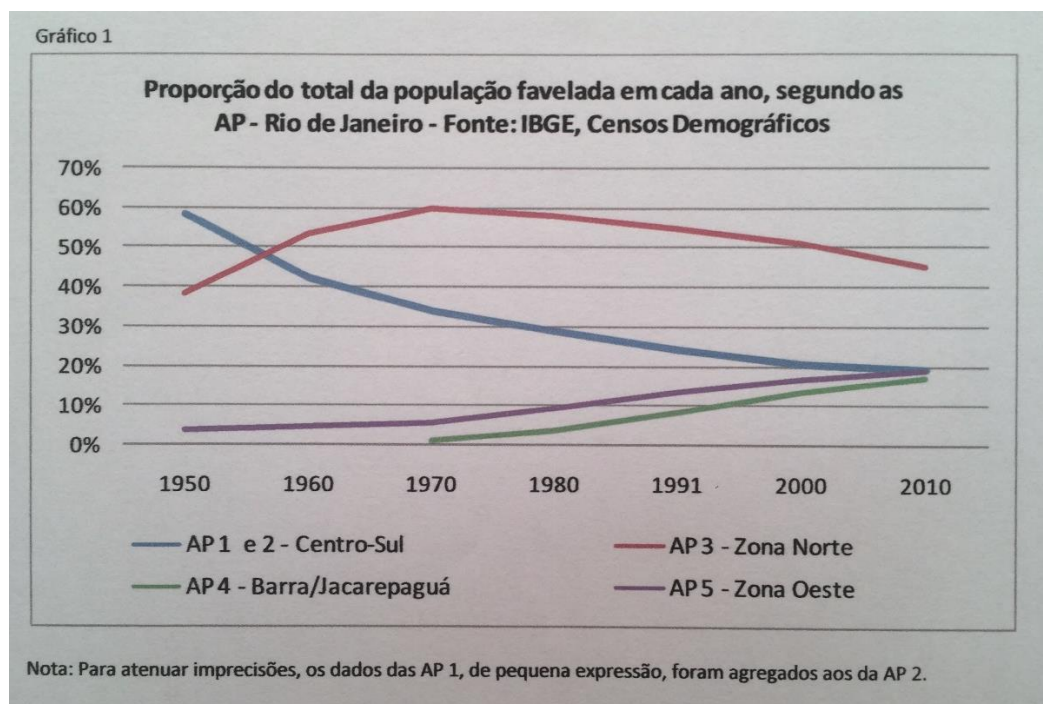
Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010.

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

Podemos inferir a partir da análise dos dados presentes na tabela, que a área de planejamento com maior quantidade de moradores de favelas é a Zona Norte (AP₃), enquanto a AP₁, Central, é aquela com maior percentual de população de favelas, apesar de apresentar o menor quantitativo de moradores. Porém é válido ressaltar que a AP₄, Barra/Jacarepaguá, principal área de expansão do capital na cidade e de grande especulação imobiliária, apresenta um percentual apenas 1% menor que a AP₃, apesar dessa ter um número quantitativo de moradores de favelas muito maior. É importante destacar que as AP₄, Barra/Jacarepaguá, e AP₅, Zona Oeste, foram aquelas que apresentaram maior crescimento populacional de favelas nas últimas décadas, como podemos observar no gráfico¹, e de acordo com o estudo realizado pelo IPP:

Fatores ligados ao processo histórico de ocupação, à localização de atividades econômicas e de serviços públicos e a disponibilidade de terra vêm, ao longo do tempo, condicionando o surgimento e a consolidação desse tipo de assentamento habitacional. Observa-se uma forte dinâmica de mudança de localização das favelas, nos últimos 50 anos, dirigindo-se das áreas mais centrais, na porção leste da cidade, para as mais periféricas, na porção oeste (p.7).



Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010.

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

Em relação ao gráfico 1, o relatório do IPP faz a seguinte observação:

(...) o percurso ascendente das curvas correspondentes à AP5 e à AP4, regiões mais periféricas com grande disponibilidade de terra relativamente barata e, no caso da Barra da Tijuca, com muitas atividades empregadoras de mão de obra não especializada (construção civil, comércio e serviços gerais) (p.8).

Outro importante dado trazido pelo relatório é a respeito do crescimento populacional da Cidade do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010, passando de 5.857.994 para 6.320.446 habitantes, representando um crescimento de 8%. Porém, ainda de acordo com o IPP, enquanto as favelas se expandiram a uma taxa de 19%, a população da “não-favela” cresceu apenas 5%. Podemos então afirmar que a análise de alguns dados quantitativos apresentados nos parágrafos anteriores contribui para ratificar que o processo de segregação socioespacial, que tem no crescimento das favelas a sua materialização, é condição e fundamento para a violenta urbanização capitalista. O crescimento expressivo das favelas na área de expansão do capital, AP4 – Barra/Jacarepaguá, ilustram esse processo.

Considerações finais

Quando afirmamos que a produção do espaço urbano carioca é violenta partimos do princípio de que conforme o solo urbano se torna uma mercadoria a exclusão se instaura para aqueles que não podem pagar por ela. Portanto a proliferação de uma massa de segregados não pode ser entendida como um problema a ser solucionada dentro desse processo de produção do espaço assentado na reprodução do capital, mas sim como inerente a ele. No decorrer da pesquisa percebemos que um procedimento fundamental para a compreensão do processo de segregação, que tem nas favelas uma de suas manifestações, era compreender que a produção do espaço urbano carioca é um processo baseado na violência sistêmica da reprodução do capital.

Tendo em vista a discussão proposta no presente artigo, e em vias de conclusão, podemos afirmar que quando nos referimos a violência sistêmica

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

produtora do espaço urbano carioca, recorremos a Sampaio (2015) quando a autora afirma que para compreendermos a violência da urbanização capitalista é preciso fazer uma inversão, passar da criminalidade urbana para a violenta urbanização capitalista, baseada na violenta ação estatal do planejamento urbano, e na propriedade privada.

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

_____. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério. **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ALVAREZ, Isabel Pinto. Produção do espaço em tempos de crise. In: CARLOS, Ana Fani A.; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

BARBOSA, Jorge Luiz. Da habitação como direito ao Direito à Morada: um debate propositivo sobre a regularização fundiária das favelas da cidade do Rio de Janeiro. In: BARBOSA, Jorge Luiz; LIMONAD, Ester. **Ordenamento territorial e ambiental**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Favelas na Cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010**. Maio - 2012.

SAMPAIO, Renata Alves. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, Ana Fani A. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto: 2015.

SILVEIRA, Alan. **A violenta produção do espaço urbano carioca- as favelas como manifestação do processo de segregação socioespacial e os desafios de uma educação para além do capital**. Rio de Janeiro, 2018. 100p. Dissertação de Mestrado.

GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25 - Dossiê, p. 141 – 157, set. 2020

A segregação socioespacial como conteúdo da produção do espaço urbano carioca

Alan Silveira

Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SOUZA, Marcelo Lopes. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos. In: CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016.

SOUZA & SILVA, Jailson de. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2016.

Recebido em 12 set. 2020;
aceito em 20 set. 2020.